

## A NOÇÃO DE SILÊNCIO E OS SEM-TETO NO DISCURSO JORNALÍSTICO\*

Clarinda Rodrigues Lucas

### Resumo

A partir da noção de silêncio como fato de linguagem inscrito na política da palavra, observamos como as diferentes formas de silêncio trabalham os processos de produção de sentidos no discurso jornalístico, mais especificamente quando trata dos *sem-teto*. O *corpus* de análise é constituído por reportagens publicadas em jornal. Percebemos que o sentido da palavra *sem-teto*, por consenso, por cristalização, produz efeitos de sentido que instauram uma realidade específica.

Esta reflexão tem como objeto o silêncio, propondo compreendê-lo enquanto fato de linguagem inscrito na política da palavra e que produz efeitos de sentido pela imposição de um sentido que impede a emergência de outros sentidos, produzindo assim distintos discursos sociais.

Nossa análise procura observar o modo como as diferentes formas de silêncio<sup>1</sup> trabalham os processos de produção de sentidos no discurso jornalístico quando trata dos *sem-teto*. O nosso referencial teórico será o da Análise de Discurso da escola francesa<sup>2</sup>.

### A mídia como discurso social

Angenot (1984) define o discurso social como “ tudo o que se diz, tudo o que se escreve em uma sociedade dada (tudo o que se imprime, tudo o que se fala hoje na mídia eletrônica)”. Interessa-nos a noção de discurso social como consenso posto em

---

\* O presente artigo é parte de pesquisa inserida no projeto *O Sentido Público no Espaço Urbano*, desenvolvido no Laboratório de Estudos Urbanos (Nudecri-Unicamp). Fapesp, 96/4136-7

<sup>1</sup> Ver Orlandi, Eni Puccinelli (1992) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da Unicamp.

<sup>2</sup> Ver Pêcheux, Michel (1988) *Semântica e discurso*. Campinas, Ed. da Unicamp.

funcionamento em um estado da formação social, sendo o discurso social posto como efeito do já-dito. Orlandi (1992) realça a noção de discurso social como função do horizonte imaginário social já produzido, isto é, o discurso social é do domínio da formulação e não da constituição do discurso.

Para os fins de nossa análise, interessa também trazer para esta discussão a noção de autor, como posta por Foucault (1971): “o princípio do autor não refere o sujeito como o indivíduo que pronunciou ou que escreveu um texto, mas sim o autor como princípio de agrupamento do discurso como unidade, e origem de suas significações”. Este autor é visível para a sociedade, é responsável pelos sentidos que sustenta.

### **O sujeito na ordem do discurso**

O sujeito faz a sua entrada no campo da reflexão sobre a linguagem em sua relação com as condições de produção. Ao interessar-se pelos interlocutores e pelo contexto de situação, a Análise do Discurso propõe que se considere a relação do sujeito com a linguagem como uma relação contraditória, em que há dupla determinação: do enunciado pelo sujeito e deste pela sua relação com a exterioridade, com seu contexto sócio-histórico. Desse modo compreendemos que o sujeito inscreve o seu dizer em uma formação discursiva que se relaciona com outras formações discursivas, isto é, para o discurso tenha *um* sentido, é preciso que ele *já* tenha sentido (Orlandi, 1990).

Podemos entender a afirmação de Pêcheux (1990) de que o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores, pensando o fato dos sentidos se relacionarem com os textos e suas condições de produção (o sujeito, a instituição); com os diferentes textos; e com as relações do dizer com o que não é dito. Resulta daí o caráter múltiplo e incompleto do sentido, jamais fechado e acabado. O discurso é constituído pelo movimento das significações, da tensão entre a polissemia dos sentidos e a paráfrase (o mesmo), resultante da domesticação institucional da linguagem.

Em relação à esta concepção de linguagem e esta definição de discurso, há uma descentração do sujeito, isto é, a Análise do Discurso “despossui o sujeito falante de seu papel central para integrá-lo no funcionamento de enunciados, de textos, cujas condições de possibilidade são sistematicamente articuladas sobre formações ideológicas” (Maingueneau, 1991). Além disso, sabemos que não há discurso sem sujeito e não há

sujeito sem ideologia, sendo o sujeito cultural e historicamente constituído, determinado. Com isto queremos dizer que os sujeitos não são os mesmos nas diferentes fases da história e nas diferentes formas de sociedade.

Interessa-nos aqui destacar a idéia de que um sujeito-em-si, fonte de sentidos, é uma ilusão, visto que em nossa sociedade o sujeito é contraditoriamente livre e disciplinado. Este sujeito se percebe como origem de seu discurso, autônomo na escolha do que faz e do que não faz parte de seu discurso, constituindo o que Pêcheux (1988) chamou de “esquecimento no. 1 e esquecimento no. 2”. A consequência teórica destes dois esquecimentos se constitui na concepção da não-transparência da linguagem: a não-transparência do sujeito e do sentido para a Análise do Discurso, permitindo-nos pensar o sujeito em suas diferentes formas sociais, históricas e culturais possíveis.

Se assim é, trazemos para esta reflexão a questão da memória como estruturação da materialidade discursiva, partindo de uma dialética da repetição e da regularização como tratada por Pêcheux (1985): “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.

Como ponto crucial, Pêcheux aponta para a compreensão destes “implícitos”, isto é, de onde eles vêm, em que fundo de gaveta da memória discursiva eles estão disponíveis? Achard (1985) considera os implícitos como sintagmas, cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) consiste numa paráfrase controlada pela memorização discursiva. Para Achard, a paráfrase da explicitação desses implícitos aparece antes como um trabalho posterior sobre o explícito do que como pré-construído: “Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção na paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo”.

O dispositivo complexo da memória sempre vai colocar em jogo a passagem do *visível* para o *nomeado*, no qual a imagem atua como operador da memória social, trazendo consigo um programa de leitura, um percurso já escrito discursivamente em outro lugar, ocorrendo assim o efeito de repetição e de reconhecimento. Neste ponto

Pêcheux retoma Achard para afirmar que esta regularização discursiva sempre pode ruir sob o peso de um acontecimento discursivo novo, que perturba a memória já estabelecida.

O importante a ressaltar aqui é o efeito de opacidade, isto é, o momento em que sob “o mesmo” da materialidade da palavra ocorre o jogo da metáfora. A própria memória, para Pêcheux, esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase. É o momento em que não é mais possível a reconstrução dos “implícitos”, do trajeto de leitura; sendo necessário, ao analista do discurso, um distanciamento da estabilidade parafrástica, da transparência da frase, e um questionamento dos efeitos de montagens de seqüências. A memória - o interdiscurso - apresenta-se como um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, lugar de conflitos e de regularização. Um espaço onde ocorrem “desdobramentos, discussões, polêmicas e contra-discursos”.

#### **A noção de silêncio: reduto do possível, do múltiplo**

Nessa nossa reflexão vamos considerar a noção de silêncio como trabalhada por Orlandi (1992) que o coloca como a *respiração*, o fôlego da significação, “sendo um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é *um*, para o que permite o movimento do sujeito.”

Interessa-nos também o silêncio remetido ao caráter de incompletude da linguagem, apontando para a errância dos sentidos, podendo migrar na direção do sentido fixo, da unidade, como também na direção do equívoco, da incompletude e do lugar dos muitos sentidos, vistos aqui como o cerne do funcionamento da linguagem.

A noção de silêncio permite que observemos os efeitos contraditórios da produção de sentidos na relação entre o dizer e o não-dizer. Embora saibamos que seja preciso o sentido já-lá para que se produzam sentidos, estes chegam de vários lugares, movendo-se e desdobrando-se em outros sentidos.

Outro ponto a destacar é a consideração pela historicidade do texto, que constrói efeitos de sentidos, sem a qual é impossível a compreensão do silêncio. Com isso estamos observando o silêncio pelos seus efeitos e pelos modos de construção da significação, isto é, por pistas, traços, pelas rupturas, falhas. Orlandi (1992) observa o

que de início parece contraditório: a incompletude é fundamental no dizer, na medida em que é a incompletude que produz a base da polissemia, a possibilidade do múltiplo, e é a partir do silêncio que esta possibilidade se realiza. “A linguagem empurra o que ela não é para o *nada*. Mas o silêncio significa esse *nada* se multiplicando em sentidos. Quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresenta.”

Para se compreender o silêncio é necessário se conhecer os processos de significação do silêncio postos por ele em jogo, conhecer os modos de significar do silêncio, explicitando então o modo pelo qual ele significa.

### **A terra como mercadoria**

Para nos situarmos quanto à realidade dos *sem-teto*, buscamos contextualizar, ainda que brevemente, esta situação no quadro do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nele a terra é mercadoria, significando com isso que a obtenção de parte do espaço nas cidades está subordinado à compra ou aluguel de terrenos, construídos ou não (Sposito, 1988)

Paul Singer (1977) aponta que os países denominados de “economia dependente”, tendo como referencial ideológico o liberalismo, se filiam à idéia de que a desordem urbana, e todos os problemas dela advindos, são conjunturais, conseqüentes de um crescimento populacional muito rápido dos grandes centros urbanos, motivados por um crescimento vegetativo alto e intensa migração. Segundo esta interpretação, a cidade é mais atraente para o homem do campo. Omite-se, observa Singer, que o homem do campo busca sua sobrevivência nas cidades, não por vontade mas como única opção, e que as soluções apontadas pelo Estado são o controle da natalidade e a fixação do homem no campo. Não se busca, a partir deste referencial, apreender quais os processos que levaram a população a viver na degradação habitacional das favelas, como também não se busca a reconstrução da memória do histórico para se entender a cidade hoje em vista das transformações radicais dos últimos anos.

Sposito (1988) muito apropriadamente observa que a estrutura e a paisagem urbana espelham as contradições sociais impostas pelo desenvolvimento capitalista; ficando clara a opção feita pelo Estado, na maioria das vezes, em investir em bens e serviços

públicos, coletivos, privilegiando os lugares da cidade habitados pela população de maior poder aquisitivo.

### **Marginalidade social**

Nesta ordem de considerações, trazemos as reflexões de Paul Singer (1977). Para ele, a *marginalidade* é conceituada geralmente como a não integração na economia capitalista e a não participação em organizações sociais e no uso dos serviços urbanos. Singer observa que a classe dos assim chamados *marginais* individualmente escamoteia a real situação destes indivíduos. O autor salienta que o capitalismo industrial, desde a sua origem, precisa de reservas de capacidade produtiva e de força de trabalho para os momentos de maior vigor e expansão da economia. O exame da *marginalização* sob este prisma traz a realidade de que parte da oferta de força de trabalho constituída em sua maioria por imigrantes não é aquela simplesmente não aproveitada pelo sistema, é sim parte constitutiva do jogo do capitalismo.

Mais adiante Singer salienta que no desenvolvimento capitalista ocorre a troca desigual entre a força de trabalho e seu pagamento, tendo em vista que trabalhadores de todo o mundo capitalista recebem salários diferentes para produzir riquezas do mesmo valor. O que nos coloca diante do fato de que a possibilidade de acesso à moradia e nível salarial são questões fortemente relacionadas.

### **Eu não tenho onde morar**

Delimitando melhor o objeto de nossa reflexão, o discurso jornalístico sobre os *sem-teto*, e aproximando-nos mais de nossa proposta de análise, buscamos compreender o que é um *sem-teto*, *aquele que não tem onde morar*. E o que é morar? Morar não é fracionável. Não se pode (salvo excepcionalmente) morar um dia e no outro não morar. A infracionalidade da casa é um aspecto importante do morar: não se mora num pedaço de casa, mora-se no seu conjunto (quartos, cozinha, banheiro, etc.) (Rodrigues, 1988). Dentre os vários sentidos de moradia encontra-se o aspecto de permanência.

Vejam os como o dicionário (Ed. Melhoramentos) estabiliza estes sentidos no campo de palavras concernentes à moradia. Procuramos inicialmente a palavra *teto*, pensando nos *sem-teto*.

*Teto* traz como sinônimos: casa, habitação, abrigo; superfície, ordinariamente plana, que forma a parte superior interna de um edifício; por extensão, telhado. Procuramos como ponto mais forte a palavra *casa*, que aparece como: nome comum a todas as construções destinadas a moradia. *Moradia*, traz os sentidos de residência, vivenda; que conduzem para *morada*: lugar onde se mora, casa de habitação, domicílio, residência, moradia. Estada, permanência, residência. *Residência* está definida como moradia habitual em lugar determinado; *domicílio*. *Domicílio* remete para casa de residência, *habitação* fixa, lugar onde alguém reside com ânimo de permanecer. Fechando a cadeia e, voltando para casa, moradia; habitação: ato ou efeito de habitar. Esta breve reunião de palavras associadas à *moradia* traz a nosso imaginário a busca de permanência, da continuidade, da constância e, por extensão, da segurança.

### Ocupações, invasões: onde e como morar

Quem são os *sem-teto*? Rodrigues (1988), ao trabalhar com a população dos *sem-teto*, aponta para a ocupação de terras nas cidades brasileiras como a solução encontrada por estes para a falta de alternativas na busca do *onde* e do *como morar*. Observa que estas ocupações, diferentes da ocupação por favelas, ocorrem caracteristicamente em blocos e num mesmo dia, para todo um grupo de pessoas. São irregulares do ponto de vista jurídico da propriedade da terra.

As construções, que se fazem em mutirões, são de responsabilidade de cada família. Muito significativamente realça que, via de regra, esse grupo se conheceu na ante-sala das prefeituras onde começaram a se organizar. Organizam-se, pesquisam áreas vazias, e marcam o dia da data de ocupação conjunta. Esta é a solução encontrada para resolver o problema da busca de moradia, diante das negativas dos órgãos públicos. Visto que estas ocupações são violentamente reprimidas pelo Estado, este processo pode ocorrer várias vezes (Rodrigues, 1988).

### **Corpus e análise**

Escolhemos, como *corpus* para análise, textos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*. A seleção foi feita através de pesquisa realizada nos textos integrais deste jornal, disponíveis para consulta através da Internet. Solicitamos uma pesquisa pela palavra *sem-teto* e a partir dos textos apresentados, selecionamos aqueles que se caracterizavam como *reportagem* (em oposição à crônica e à matéria assinada) e que eram representativos para esta reflexão.

Em nossa análise buscamos os lugares de produção de sentidos onde o silêncio aparece como significativo, por ocorrência de deslocamento de sentidos nos processos de significação. Vamos à análise propriamente dita:

#### *Recorte 1*

*Folha de S. Paulo*, 13/dezembro/ 1996.

*População das ruas de SP cresce 32%*

*A população de rua da cidade de São Paulo cresceu 32,45% nos últimos cinco anos. O dado faz parte de um levantamento feito em setembro pela Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social. Foram contadas, no total, 5.334 pessoas vivendo nas ruas da cidade e nos albergues da prefeitura e do Estado. A contagem foi realizada em todas as regiões da cidade de forma simultânea, na noite de 4 de setembro.*

*O levantamento é o terceiro do tipo realizado pela prefeitura. Outros dois haviam sido feitos em 1991 e 1994. De acordo com o último levantamento, o número de moradores de rua cresceu 17,26% nos últimos dois anos, mais do que havia sido registrado entre 1991 e 1994 (12,96%). O secretário da Família e do Bem-Estar Social, Adail Vettorazzo, credita o aumento à crise econômica do país. Segundo ele, a pesquisa deve servir para orientar as ações da prefeitura para o atendimento aos moradores de rua.*

*O levantamento foi dividido pelas 17 regionais da secretaria na cidade. As regiões da Sé (centro) e da Lapa (zona oeste), que compõem uma regional, concentram 77,7% de todos os moradores de rua da cidade. Excluindo os que foram localizados em albergues, 73,8% dos que efetivamente dormem na rua estão naquelas duas regiões.*

Na regional de São Miguel Paulista (zona leste) e na composta por Vila Maria, Vila Guilherme e Jaçanã (zona norte), nenhum morador de rua foi encontrado. O secretário municipal da Família e do Bem-Estar Social, Adail Vettorazzo, considera positiva a quantidade de crianças encontradas (10% do total). "A quantidade é relativamente pequena para uma cidade como São Paulo", afirma. Segundo ele, este dado mostra que é possível reduzir a quantidade de pessoas nas ruas com programas sociais para menores. "A solução é mais fácil para menores. Basta educação em tempo integral, profissionalização e trabalho. O adulto traz vícios, problemas de saúde e resistência a participar de um programa de reabilitação", disse. A quantidade de mulheres entre os moradores de rua também surpreende neste último levantamento. Elas eram 8% em 1994 e são 15,97% em 1996.

O que nos interessa destacar no recorte 1 é como a estatística é convocada para legitimar uma situação. Sua presença é utilizada como evidência de análise, isto é, via de regra, recorre-se à estatística como forma de silenciamento, de exclusão de análises a serem evitadas.

Observamos que o texto estabeleceu um jogo parafrástico entre a *população de rua*, *peças vivendo nas ruas*, *moradores de rua*, (*peças que*) *dormem nas ruas*. O texto escreve sobre os *moradores de rua* para não falar em *peças* que não tem casa, residência, teto. E dessa forma os sentidos para os *sem teto* vão se sedimentando; podemos observar neste funcionamento discursivo como os sentidos resultam de funcionamentos discursivos, de relações entre formações discursivas. Vai-se construindo um discurso social para os *sem teto* com um efeito de *já-dito*, de *pré-construído*. Quando fala em soluções para o problema dos *sem teto* o representante do Estado aponta para a educação em tempo integral, profissionalização e trabalho. Com a observação de que isto só é possível para os menores, visto que os adultos trazem vícios. Poderíamos perguntar: E à noite, para onde vão estes menores, onde dormem? Verificamos que esta matéria jornalística não contextualiza o problema do *sem-teto*, não dá voz a eles. Evita a emergência de motivos, causas da existência dos *sem-teto*, aqui também *sem-voz*. Além da ausência do Estado.

#### Recorte 2

Edição: S. Paulo, Nov 30, 1994. Editoria: Cotidiano. Página: 3-3. Da Reportagem Local.

*Caixão vira cama para sem-teto de SP.*

*Um ex-ajudante de pedreiro utilizava um caixão para se aquecer à noite no centro de São Paulo. O caixão fazia parte dos enfeites da festa do Dia das Bruxas que a danceteria Vectra (região central de SP) promoveu no dia 29 de outubro. "Ficou um tempão largado no depósito", conta Marcos Corrêa, promotor de eventos da casa. "Como ninguém se interessou pelo material, jogamos no lixo."*

*De adereço de festa de Halloween, o caixão passou a servir de cama para Jesuíno Pereira da Silva, 31. Ele encontrou o objeto no último domingo, em frente ao lixo da Vila Tororó, que fica no número. "Estava frio e a caixinha era mais quente do que os papelões que eu tinha arrumado no lixo", lembra Silva. "Foi uma noite bem dormida, pena que no dia seguinte a caixinha se desfez antes mesmo de eu levantar", afirmou. Silva acabou fazendo uma fogueira com a madeira para se esquentar durante a noite.*

Este texto tem a palavra *sem-teto* somente no título da notícia. Inferimos que se trata de um *sem-teto* a partir da frase inicial, onde o *sem teto* é também um desempregado que usa um caixão para se abrigar à noite. O texto deve ter sido considerado bom como notícia por se tratar de fato original, pitoresco. Escolher um caixão como cama não é desejável, por lembrar da morte, o sono sem fim. Observamos a falta de contextualização, de silenciamento das razões de mais um *sem-teto*. Parece-nos que a existência deles, pelo cotidiano, já não causa espanto, não leva a questionamentos. E o jornal contribui para isto na medida em que trata desta realidade como rotina, com naturalidade. Nem buscou as razões que o levaram para a rua. Só buscou uma história curiosa, quase tragicômica.

Observamos que o silêncio não é um mero acidente de linguagem, na medida em que todo o dizer está em relação fundamental com o não-dizer. E faz significar em outros lugares o que não aparece em um lugar determinado. De notícia em notícia, pela repetição, vão-se elaborando sentidos para os *sem-teto*.

*Recorte 3*

Agência Folha, Belém (PA). Editoria: Cotidiano. Página: 3-3. Edição: Nacional Dez. 13, 1996.  
*Coronel recua e não despeja sem-teto.*

*O comandante do policiamento metropolitano de Belém, coronel PM Geraldo Magela, recuou e decidiu antontem não cumprir a ordem judicial de despejo de 400 famílias sem-teto em Ananindeua, região metropolitana de Belém.*

*Os cerca de mil sem-teto ocupam desde agosto uma área de 90 mil m<sup>2</sup>. Antontem, os sem-teto se armaram com facões, paus e pedras e o coronel Magela ordenou a suspensão da operação. "Esperamos uma segunda ordem da Justiça", disse Teodoro Nagano gerente da empresa Agropel, proprietária da área.*

*"Cabia a mim avaliar a situação e preferi evitar um massacre", disse. Magela disse que reuniu-se com a juíza Odete Silva e explicou os motivos do recuo. A juíza aguarda um relatório dos oficiais de Justiça.*

O discurso jurídico-militar permeia todo o recorte 3. Aqui a situação é de confronto, o vocabulário da notícia é jurídico-militar: os *sem-teto* estão em operação de guerra, *armam-se*, o coronel *suspende a operação*, *recua*, *evita um massacre*. O coronel tem nome, o proprietário da área também. Os *sem-teto* são anônimos, *sem-voz*. A notícia os silencia. Notamos as diferentes maneiras de funcionamento de uma mesma prática discursiva que permite o apagamento de um sentido para os *sem-teto*, e, contraditoriamente, pela falta de sentido, mais possibilidades de sentido se apresentam. Não nos propomos a explorá-los neste texto, somente observar a sua presença.

#### *Recorte 4*

Da Reportagem Local. Editoria: Cotidiano Página: 3-3. Edição: São Paulo Dez 13, 1996.  
*Separação conjugal leva homem à rua.*

*Desemprego e separação conjugal. São essas as principais razões alegadas pelos moradores de rua de São Paulo para o fato de viverem hoje sem teto. O paulista Marcelo Batista dos Santos, 24, chegou há um ano a São Paulo, vindo de Pirassununga (207 km de São Paulo). Tinha emprego prometido em uma empresa de refrigeração da Vila Gomes (zona sul). "Mas não tinha dado baixa na carteira de trabalho do meu último emprego em Pirassununga e não tinha mais dinheiro para voltar lá e regularizar a documentação."*

*Depois de passar um mês no Terminal Rodoviário Tietê, sem conseguir reunir dinheiro para voltar para o interior, Santos, que estudou até a 8<sup>a</sup> série, foi morar na*

rua. Vive desde então sob o Minhocão. "Eu era marceneiro. Aqui já plantei grama, carreguei jornal. Hoje cato papel, porque dá mais dinheiro."

Josiel Alves Paz, 47, já foi o que se pode considerar uma pessoa de classe média. Soldador elétrico de profissão, trabalhava em uma metalúrgica na Saúde (zona sul) e dividia uma casa alugada no Jabaquara com a mulher e uma filha. "Hoje carrego na carroça (que usa para catar papel) as coisas mais caras. Tenho documentos, roupas, um rádio e seis cachorros. As roupas mais caras, o relógio e uns documentos deixo guardados na casa de um amigo."

A mudança na vida de Paz ocorreu depois que ele se separou da mulher. "Fui morar sozinho em uma pensão, mas era ruim, roubavam tudo. Fui para uma favela, perdi o emprego e depois derrubaram a favela. Isso faz dois anos."

William Pereira, 48, tem uma história diferente. Mora na rua há 30 anos, desde a morte de seu padrinho, um homem que o criou. "Não me lembro dos meus pais. Acho que 'fui perdido' algum dia." Pereira diz que procura um emprego que ofereça casa. "Mas está difícil arrumar emprego, principalmente para quem vive na rua."

Os personagens desta notícia Marcelo, Josiel e William têm história de vida, ficamos conhecendo detalhes da vida conjugal, da carreira profissional, da família destas pessoas. O texto aponta para o desemprego e a separação conjugal que os levou para a rua. Paz, que foi para a pensão, para a favela e como último *teto* para a rua, que não tem teto, é bem representativo do caminho percorrido por um *sem-teto*.

A notícia traz implícitas as causas dos *sem-teto* estarem nas ruas. Desagregação familiar motivada pelo desemprego, motivado pela crise econômica. Pressupõe que o leitor saiba isso. Coloca como dado, sem questionamentos. Silencia e, pela incompletude na notícia, leva-nos a buscar sentidos em regiões de outra ordem.

#### Recorte 5

Autor: André Lozano. Da Reportagem Local

Editoria: Cotidiano. Página: 3-6. Edição: São Paulo Nov. 22, 1995.

*PM remove 140 famílias sem-teto de terreno público em Itapeverica*

*Cerca de 70 policiais militares garantiram ontem a destruição das casas de 140 famílias que moravam havia pelo menos três anos em áreas da Prefeitura de Itapeverica da Serra (Grande São Paulo). Foi a maior reintegração de posse dos*

últimos dois anos na região, segundo a prefeitura. A retirada dos *sem-teto* foi determinada pelo juiz Luiz Carlos Ditommaso, no último dia 10. Segundo a prefeitura, as famílias foram informadas pelos assistentes sociais da necessidade de deixarem as glebas seis e sete do loteamento "Parque Paraíso", entre o centro de Itapeverica e a rodovia Régis Bittencourt. A desocupação do local teve início às 7h e terminou às 14h. Não houve incidentes entre moradores e a polícia.

A prefeitura afirma que construirá no local uma unidade básica de saúde, uma escola e uma creche. Os moradores alegam que não sabiam que o local pertencia à prefeitura.

"Não sei para onde eu vou. Tenho três filhos e meu marido ganha R\$ 10 por dia. Não podemos pagar aluguel", disse Helena Santos Freitas, 31.

"Eu, meus quatro filhos e meu marido vamos para a rua porque estamos desempregados", disse Maria Aparecida de Brito.

A chefe da Divisão Técnica de Serviço Social da Prefeitura de Itapeverica, Terezinha dos Santos, disse que a prefeitura não tem para onde encaminhar as famílias.

O advogado dos *sem-teto*, Renato Kael Simões Lopes, disse que até o momento da retirada das famílias, a Justiça ainda não havia julgado o mandado de segurança que impetrou pedindo a manutenção dos moradores nos lotes. "Eu acho que houve falta de sensibilidade da prefeitura ao desalojar essas pessoas que não têm para onde ir", afirmou Lopes.

Esta notícia traz um dado interessante. Nela os *sem-teto* moravam em casas. E aqui emerge um sentido que se estabilizou para este grupo de pessoas. O *sem-teto* é também aquele que mora em uma casa, mas que não é sua, nem é alugada, é a casa construída em terreno alheio, sem a autorização do proprietário. E após a destruição de suas casas, de seu teto é que eles, os *sem-teto*, voltam para a rua, para serem *sem-teto* novamente.

A notícia traz a informação de que a prefeitura, proprietária do terreno, construirá no local uma unidade básica de saúde, uma escola e uma creche. Aqui a notícia dá voz ao representante do Estado, marca a presença de uma formação discursiva em detrimento de outra. Traz também o dado de que a Prefeitura não tem para onde encaminhar as famílias, visto que aparentemente não é função do Estado propiciar condições e soluções habitacionais para a população mais carente. Notamos novamente que a notícia não contextualiza o porquê da existência dos *sem-teto*. Silencia. Pela repetição produzem-se

pontos de fuga de sentidos na medida em que se controem as evidências de um sentido já dado para os *sem-teto*.

Quando atentamos para as expressões empregadas pelo jornalista para descrever a remoção das famílias, chama nossa atenção, principalmente no primeiro parágrafo, o tom ufanista da reportagem. A expressão “garantiram ontem a destruição das casas” parece referir-se a uma operação bem-sucedida, para os policiais militares. E para os sem-teto? Os sem-teto são de antemão culpados, visto que o jornalista escreve “Os moradores *alegam* que não sabiam...”. Aqui não houve isenção, o jornalista descreve a remoção sob a ótica da polícia. A palavra *remoção* traz consigo a idéia de algo indesejável de que se quer distância. A narrativa toda passa uma idéia de rotina “A desocupação do local teve início às 7h e terminou às 14hs”. Por esta breve análise verificamos a produção de efeitos de sentidos, de construção de um imaginário, seja pela repetição, pela banalização dos acontecimentos, pelo silenciamento. O que seria um acontecimento assume o caráter de rotina.

#### *Recorte 6*

F. Sudeste. Editoria: Cotidiano. Página: 3-6 . Edição: São Paulo Nov. 22, 1995.

*Câmara é invadida .*

*Um grupo de 40 famílias de sem-teto ocupou o plenário da Câmara de Campinas (99 km de SP) entre 14h e 21 h de ontem após ser desalojado de uma área invadida no Jardim Boa Vista, zona norte de Campinas.*

*A área pertence ao DER (Departamento de Estradas de Rodagem) e foi invadida em abril deste ano por cerca de 600 pessoas. Os sem-teto permaneceram no plenário da Câmara e só concordaram em deixar o local após o juiz Jamil Miguel, da 5ª Vara Cível de Campinas, anular liminar para reintegração de posse expedida ontem.*

Chama a nossa atenção neste recorte o uso da palavra *invadida*. Quando expusemos o modo como ocorre a ocupação de terras pelos *sem-teto* notamos que a palavra usada foi *ocupação*. No presente recorte a área foi *invadida*, a câmara também foi *invadida*. Aqui está se dizendo a palavra *invadir* para não se dizer *ocupar*. Invadir é tomar à força; ocupar, no sentido jurídico, é o ato de apoderar-se legalmente, ter ou possuir por direito.

Percebemos como é significativa a escolha desta ou daquela palavra e como esta escolha constrói sentidos distintos. Sabemos que a questão da “escolha” por vezes não é consciente, não diz respeito a um sujeito intencional; é o sujeito tomado pelos sentidos das formações discursivas em que se insere. Dizer-se *invadir* e dizer-se *ocupar*, traz necessariamente diferentes efeitos de sentido, pois estas palavras trazem consigo uma memória discursiva distinta. Constatamos que é pelo interdiscurso (o já dito), pela memória do dizer, que se funda o imaginário social.

### Considerações finais

Como escreve Orlandi (1992): “O silêncio não é ausência de palavras. Impor silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. (...) Fala-se para não dizer (e não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação dos sentidos”.

O silêncio em sua dimensão política pode ser observado nas diferentes formas de se fazer dizer *uma* coisa, para não se dizer *outras*, o silêncio recorta o dizer. Em nossas análises percebemos que o sentido da palavra *sem-teto*, por consenso, por solidificação, por sedimentação, produz efeitos de sentido que instauram uma realidade específica. Quando se diz *sem-teto* está-se silenciando outros sentidos, outra realidade. Tomamos como certo que a linguagem é política, isto porque o sentido, sempre dividido, tem necessariamente uma direção determinada com conseqüências que se inscrevem na política do dizer.

### Résumé

*A partir de la notion de silence comme fait de langage inscrit dans le politique du mot, on examine les effets de sens engendrés par le discours journalistique comme effet du déjà-dit. On examine comme les différentes formes de silence travaillent les procès de production de sens dans le discours journalistique, notamment lorsqu'il approche les sans-abri. Le corpus d'analyse est constitué de reportages publiés dans un journal. On perçoit que les sens du mot sans-abri, par consensus, par cristallisation, produit des effets de sens qui instituent une réalité spécifique.*

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Achard, Pierre (1985) *Histoire et linguistique*. Paris, CNRS.
- Angenot, Marc (1984) *Le discours social et ses usages*. Quebec.
- Foucault, Michel (1971) *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard. Trad. bras. Laura F. de A ordem do discurso. Rio de Janeiro, Ed. Loyola, 1996.
- Maingueneau, Dominique (1988) *Novas tendências em Análise de Discurso*. Campinas, Pontes.
- Orlandi, Eni Puccinelli (1992) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- Orlandi, Eni Puccinelli (1990) *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo, Ed. Cortez; Campinas, Ed. da Unicamp.
- Pêcheux, Michel (1985) "Rôle de la mémoire". In: Achard, Pierre et al., *Histoire et linguistique*. Paris, CNRS.
- Pêcheux, Michel (1988) *Semântica e discurso*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- Pêcheux, Michel (1990) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes Ed.
- Rodrigues, Arlete Moysés (1988) *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo, Ed. Contexto.
- Singer, Paul (1977). *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense.
- Sposito, Maria Encarnação B. (1988) *Capitalismo e urbanização*. São Paulo, Ed. Contexto.